

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# AS TRANSFORMAÇÕES NAS PAUTAS DA REFORMA URBANA E DO DIREITO À CIDADE: VOZES E PRÁTICAS SOCIAIS DE MOVIMENTOS E TERRITÓRIOS POPULARES NA RMBH

Clarissa dos Santos Veloso, Thiago Canettieri, Bárbara Moreira de Andrade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6844>

Submetido em: 2023-09-18

Postado em: 2023-09-25 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## AS TRANSFORMAÇÕES NAS PAUTAS DA REFORMA URBANA E DO DIREITO À CIDADE: VOZES E PRÁTICAS SOCIAIS DE MOVIMENTOS E TERRITÓRIOS POPULARES NA RMBH

Clarissa dos Santos Veloso  
<https://orcid.org/0000-0002-1619-2129>  
clarissaveloso25@gmail.com  
UFMG. Belo Horizonte (MG), Brasil

Thiago Canettieri  
<https://orcid.org/0000-0003-3662-6104>  
thiago.canettieri@gmail.com  
UFMG. Belo Horizonte (MG), Brasil

Bárbara Moreira Andrade  
<https://orcid.org/0009-0003-6669-2230>  
barbara.moreira.andrade@outlook.com  
UFMG. Belo Horizonte (MG), Brasil

**RESUMO:** Este artigo explora as transformações das demandas sociais em territórios populares que informam os desafios emergentes e as consequentes formas de ação coletiva de movimentos sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A partir dos encontros de pesquisadores e ativistas sociais em um curso de formação, analisamos a articulação entre as pautas atualizadas e o ideário da Reforma Urbana e do Direito à Cidade. Os encontros promovem discussões a partir da perspectiva dos movimentos sociais sobre a reforma urbana e o direito à cidade, além de difundir práticas que esses atores empregam em suas atividades cotidianas. Os debates realizados no curso indicam uma pluralidade de pautas e uma hibridização das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade. Apesar de historicamente guiadas pela questão habitacional, hoje nota-se um amplo panorama de interesses e necessidades que são articuladas nas práticas dos movimentos sociais. À agroecologia urbana, por exemplo, vinculam-se saúde, segurança alimentar, meio ambiente e geração de emprego e renda. O escopo de ação dos movimentos sociais tem se ampliado na direção da integração das pautas. O presente trabalho contribui para avançar na análise sobre os agentes, interesses e ações coletivas de movimentos sociais da RMBH.

**Palavras-chave:** reforma urbana; direito à cidade; Curso de Formação de Agentes Sociais; movimentos sociais; Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

## THE TRANSFORMATIONS IN THE AGENDA OF URBAN REFORM AND THE RIGHT TO THE CITY: VOICES AND SOCIAL PRACTICES OF POPULAR MOVEMENTS AND TERRITORIES IN THE RMBH

**ABSTRACT:** This article explores the transformations of social demands in popular territories that inform the emerging challenges and the consequent forms of collective action of social movements in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH). From the meetings of researchers and social activists in a training course, we analyze the articulation between the updated agendas and the ideas of Urban Reform and the Right to the City. The meetings promote discussions from the perspective of

social movements on urban reform and the right to the city, in addition to disseminating practices that these actors build in their daily activities. The debates held during the course indicate a plurality of agendas and a hybridization of struggles for urban reform and the right to the city. Although historically guided by the housing issue, today there is a broad panorama of interests and needs that are articulated in the practices of social movements. Urban agroecology, for example, is linked to health, food security, the environment, and job and income generation. The scope of action of social movements has expanded towards the integration of agendas. This work contributes to advancing the analysis of the agents, interests and collective actions of social movements in the RMBH.

**Keywords:** urban reform; right to the city; Training Course for Social Agents; Belo Horizonte Metropolitan Region (RMBH)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho explora as transformações das demandas das lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade em territórios populares da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) a partir dos desafios emergentes e das consequentes formas de ação e prática de movimentos sociais, associações e coletivos. Esta análise se ancora na realização do Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CFAS/RMBH), parte integrante de um projeto que concilia pesquisa, ensino e extensão.<sup>1</sup> O CFAS consiste em um ciclo de encontros gratuitos nos quais reforma urbana e direito à cidade em suas variadas dimensões são problematizados e debatidos. A partir de uma combinação de conhecimentos acadêmicos e conhecimentos produzidos pelos movimentos, as facilitadoras e os facilitadores convidados compartilham experiências com a turma de cursistas e trocam conhecimentos. O Curso visa impulsionar a participação social, a transformação positiva nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis e as redes de apoio entre ativistas e suas pautas. Por isso, o CFAS é voltado para integrantes de movimentos, coletivos e entidades, entendendo que o agente social participante pode replicar os conhecimentos e experiências da formação em seu grupo de atuação.

Em síntese, os encontros do Curso promovem discussões e dinâmicas de grupo a partir da perspectiva dos movimentos sociais sobre a reforma urbana e o direito à cidade, além de difundir práticas que esses atores constroem em suas atividades cotidianas. Nessas oportunidades lançamos mão de observação participante com ênfase nos discursos orais e relatos de experiências, bem como de outras formas de registro, como gravação de vídeos e fotografias. Em adição, para compor nosso *corpus* empírico, realizamos entrevistas com os cursistas para aprofundar a análise dos discursos e das práticas dos movimentos.

Este artigo apresenta os avanços empreendidos para compreender os cenários de luta pela efetivação da reforma urbana e do direito à cidade enfatizando os repertórios de ações e práticas adotados por grupos de movimentos sociais e associações civis da RMBH. Trazemos para a análise a primeira edição do Curso de Formação, que aconteceu em 2022, bem como a segunda, que está em

---

<sup>1</sup> O curso é organizado pelo LabUrb/UFMG e pelo Núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles. Conta com apoio do Habitat para Humanidade no Brasil, do Fórum Nacional de Reforma Urbana e do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES) através de financiamento via edital da EU (União Europeia). A iniciativa também é apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradecemos aos parceiros pelo financiamento e demais formas de apoio!

andamento. A primeira parte deste artigo traz uma breve revisão sobre a trajetória da participação e da mobilização social em torno das políticas urbanas no Brasil desde a redemocratização com ênfase nas distintas conjunturas político-econômicas desse período e seus efeitos sobre demandas e ações coletivas. Em seguida, apresentamos uma síntese sobre a primeira edição do CFAS, com reflexões e questões que ela ensejou. Por fim, abordamos a edição do Curso que se encontra em andamento, apontando observações iniciais e possíveis caminhos de análise.

## **1. POLÍTICAS URBANAS EM PAUTA: TRAJETÓRIA RECENTE DA INTERAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E ESTADO NO BRASIL**

O processo de redemocratização do Brasil possibilitou inovações no envolvimento da sociedade civil em processos de formulação e de fiscalização de políticas públicas de áreas diversas – saúde, assistência social, educação, etc. A partir dos anos 1990 e com reforços significativos de 2003 em diante, com a chegada do PT ao poder federal, os canais de participação se ampliaram. Incluíram, no nível federal, a realização das Conferências Nacionais e a instituição e expansão dos conselhos nacionais, assim como experiências do orçamento participativo, essas vinculadas ao nível municipal em um primeiro momento (AVRITZER, 2009; 2016; MORONI, 2005).

No balanço da trajetória de ampliação e institucionalização da participação social com relação às políticas urbanas no Brasil, consideramos como marco inicial para este artigo o ano de 2001, quando foi aprovado o Estatuto da Cidade. O seu capítulo V reconhece a gestão democrática da cidade como um direito a ser assegurado por meio de instrumentos como órgãos colegiados de política urbana nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Posteriormente, em 2003, já no primeiro mandato do presidente Lula, foi criado o Ministério das Cidades atendendo a antiga demanda do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Fundado em 1985, inicialmente como Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), o Fórum tem como objetivo a promoção do acesso à terra urbana e habitação nas crescentes e desiguais cidades brasileiras. Favelas, sem-teto, arquitetos e planejadores progressistas, ONGs e outros grupos e atores encabeçam desde então, no plano nacional, a luta por princípios constitucionais e garantias que visem a reforma urbana, como aprovação da função social da propriedade, maior autonomia municipal, participação institucionalizada e gestões mais democráticas nas cidades.

Também em 2003, foi instituído o Conselho Nacional das Cidades, integrante da estrutura administrativa da pasta ministerial. Formalmente, tratava-se de um elemento central na formulação e na negociação de políticas urbanas. Nos seus 12 primeiros anos de funcionamento, o Conselho contou com espaço de representação para setores governamentais dos três níveis de governo e para a sociedade civil - setor empresarial, organizações profissionais, terceiro setor, entidades acadêmicas e movimentos populares. Dentre as discussões e políticas aprovadas, destacam-se o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, a elaboração da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei n. 11.445 de 2007), a elaboração da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n. 12.587 de 2012), entre outras (SANTOS JR., 2019).

Os avanços institucionais foram acompanhados pela efervescência de manifestações públicas que reivindicavam acesso aos serviços urbanos e outras pautas e por ocupações de terras e vazios

urbanos, bem como pela incorporação de ativistas e outros atores dos movimentos sociais em postos-chave no interior do Estado, como ocupantes de cargos da burocracia pública (ABERS *et al.*, 2014; MAIA, BRASIL, 2019; CAMPOS, 2019). De início, o Ministério das Cidades teve como ministro Olívio Dutra, ex-prefeito de Porto Alegre que criou o Orçamento Participativo na cidade, e como ocupantes de cargos de alto escalão várias lideranças e intelectuais do FNRU (ABERS *et al.*, 2014).

Apesar das conquistas, ficaram explícitos os limites do Conselho Nacional das Cidades, de outras instâncias de participação e das formas de operar e financiar as políticas urbanas durante os governos Lula e Dilma. As atribuições do Conselho eram majoritariamente consultivas, enfraquecendo-o como espaço de conflito e concertação em torno da política urbana federal e como influente na sua concepção e no desenho institucional de políticas urbanas estruturais do governo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o projeto da Copa do Mundo e das Olimpíadas não tiveram qualquer participação do Conselho das Cidades (SANTOS JR., 2019) e apresentaram diversas outras lacunas que não caberão nos limites deste artigo. Cabe, no entanto, citar alguns exemplos.

No campo das hipóteses, esperava-se que o PAC promovesse a justiça social e a conquista do direito à cidade pelos pobres, contrariando a prática brasileira que sempre concentrou recursos públicos no atendimento das necessidades do capital. Apesar do direcionamento de recursos do PAC para obras de infraestrutura nas áreas necessitadas das cidades, o Programa foi prejudicado pelas dinâmicas próprias do capitalismo e de sua relação com o Estado e por características do federalismo brasileiro, com um caótico processo de descentralização de competências na política urbana e uma frágil coordenação intergovernamental no país. Boa parte dos municípios contemplados com recursos não foi capaz de dar andamento à execução de obras para prover equipamentos sociais de saúde, educação, cultura e esporte (CALDAS, 2015).

O Programa MCMV, por sua vez, teve como uma das falhas a continuidade de uma lógica predatória de implantação de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, pautada pela conveniência do capital, cujos interesses não coincidem com os da política nacional de habitação (BONDUKI, 2009; SHIMBO, 2012). Ademais, o padrão de inserção urbana dos empreendimentos do PMCMV reafirmou a predominância de um modelo de urbanização excludente e precário na maior parte das cidades do país (ROLNIK *et al.*, 2015). A localização das habitações e suas infraestruturas se mostraram incapazes de compreender a dimensão qualitativa do déficit habitacional brasileiro. Não raro, pesquisas revelaram descompassos entre a produção de habitações e suas apropriações pelas famílias, cujos hábitos, práticas e modos de morar não foram levados em conta na provisão de moradia pelo Programa (NAKANO *et al.*, 2021; NASCIMENTO, 2021).

Apesar dessas ponderações, o período foi marcado, dentre outros aspectos, por mobilização social, experiências de participação institucionalizada e pela ampliação de políticas sociais em vários setores (saúde, educação, moradia, etc.). Contudo, ao mesmo tempo, a qualidade de vida na cidade se deteriorou rapidamente. Observou-se em diferentes municípios uma rápida mercantilização da cidade, impulsionada pela preparação para os Grandes Eventos (SOARES GONÇALVES; SILVEIRA SIMÕES, FERREIRA MAGALHÃES, 2013). Ainda que as metrópoles tenham recebido recursos federais para a realização de obras infraestruturais com o Programa de Aceleração do Crescimento e tenham experimentado uma expansão na produção de unidades habitacionais, a dinâmica urbana continuou ampliando a desigualdade social (CARDOSO; DENALDI, 2018; CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Com a ausência de mecanismos e instrumentos urbanísticos capazes de conter a valorização da

terra, o déficit habitacional continuou crescendo. Em muitas capitais, por exemplo, a lógica do transporte público operado por empresas privadas interessadas na lucratividade da prestação do serviço, fez com que o poder público das municipalidades implementasse aumentos sucessivos nas tarifas, resultando num aumento das tarifas acima da inflação (ANDRES, 2023). Políticas do governo federal de desoneração de impostos sobre veículos particulares fizeram expandir a frota de carros nas metrópoles aumentando o tráfego e o tempo de deslocamento. Em algumas regiões metropolitanas o tempo de deslocamento médio chegou a dobrar em cinco anos (ANDRES, 2023).

O Estatuto da Cidade anteriormente mencionado figurava como uma possibilidade, conquistada pelos movimentos sociais articulados, de inverter as prioridades na produção do espaço urbano brasileiro. Sobre isso, é fundamental ter em conta a compilação e síntese das avaliações dos Planos Diretores organizada por Santos Júnior (2011), dez anos depois da promulgação do Estatuto da Cidade. Tal avaliação crítica pode indicar uma importante forma de acompanhar os avanços e limites do Plano Diretor como instrumento da política e gestão urbana. O balanço realizado indica uma certa centralidade no tratamento da questão do zoneamento, da gestão do uso do solo, do sistema viário e da habitação, enquanto houve pouca ou nenhuma incorporação de temáticas como saneamento ambiental e mobilidade urbana. Ainda assim, raramente os planos incorporam instrumentos previstos no Estatuto da Cidade que relativizam o direito de propriedade e que serviriam para financiar políticas urbanas mais igualitárias. Nota-se que nem sempre “os planos diretores são efetivamente resultado de um pacto social para a gestão do território municipal” e, também, que “não são todos os planos que dialogam com os preceitos sociais do Estatuto da Cidade” (SANTOS JÚNIOR, 2011, p.29). Desta forma, o otimismo em torno de uma efetiva (embora paulatina) reforma urbana se desfez. A expectativa que o Estatuto da Cidade, sendo aplicado nos termos da gestão democrática, poderia produzir novas relações entre o público e o privado se evidenciou, sobretudo, a partir de 2013, numa crescente crise urbana sem sinal de ser superada (MARICATO, 2015). Movimentos sociais tradicionais, técnicos progressistas e políticos ligados à pauta da reforma urbana, assim, sentiram-se desapontados “com os resultados da reforma urbana realmente existente” (KLINK; DENALDO, 2016, p. 404).

Pedro Arantes (2014), em um texto de avaliação pertinente, chama este processo de Anti-Reforma Urbana, afinal estava confinada às determinações de sempre: os interesses imobiliários, a reprodução da força de trabalho a baixos custos e um sistema de espoliação urbana tão intenso quanto perverso:

O Programa Democrático-Popular e seu capítulo da Reforma Urbana não apenas não realizou o que prometeu, mas deu no seu contrário, numa Anti-Reforma, ou numa privatização/mercantilização crescente das cidades, tratadas como mais um ramo dos negócios. A face social da Reforma urbana democrático-popular foi sendo recalçada a favor de soluções de mercado, das parcerias público-privadas e da gestão focalizada da pobreza (ARANTES, 2014, p.47)

A degradação da qualidade da vida urbana resultante da Anti-Reforma Urbana fez fermentar um profundo mal-estar na sociedade brasileira que estourou nas ruas em junho de 2013. Uma faísca, uma manifestação contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo, incendiou todo o país, indicando que existia um profundo descontentamento com a forma de vida que se desenvolvia nas cidades. Esse descontentamento só aumentou com a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo da FIFA e, no Rio de Janeiro, das Olimpíadas. Com o levante nas ruas, agentes ultraliberais aproveitaram a chance para desidratar politicamente o governo Dilma Rousseff, eleito com uma margem apertada em 2014. Em 2016, Dilma foi impichada por um processo parlamentar viciado que

serviu para radicalizar ainda mais a mercantilização das cidades a partir de uma inflexão ultraliberal (RIBEIRO, 2020).

[...] O arranjo político constituído, a partir da queda de Dilma Rousseff, teve como parte de suas motivações promover um conjunto de ajustes políticos e institucionais, através da promoção de brutais mudanças nos marcos legais e constitucionais. Mudanças capazes de consolidar e avançar no processo de destruição das bases que sustentavam as iniciativas institucionais de caráter reformista e distributivo, abrindo caminho para um projeto neoliberal, desembaraçado dos compromissos de regulação e proteção social criados a partir da Constituição de 1988. Por este motivo, a inflexão ultraliberal em curso teria como foco a reforma do Estado brasileiro, retomando com mais força princípios e concepções experimentadas no ciclo neoliberal dos anos 1990. Tal mudança terá como contrapartida, no plano da cidade, um ajuste urbano na direção de políticas urbanas pró-mercado (RIBEIRO, 2020, p.6).

Essa tendência pró-mercado se radicalizou ainda mais com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. O discurso promovido pelo então governo, em especial pela ala ligada ao economista liberal e então ministro Paulo Guedes, teve efeitos profundos na organização das atividades econômicas que reverberam na qualidade do trabalho e, também, na qualidade de vida urbana.

Em 2020, isto é, após um ano do início do governo Bolsonaro, teve início a pandemia de Covid-19. A pandemia ampliou as desigualdades históricas e se somou aos problemas estruturais da sociedade brasileira. O desemprego explodiu no período com a recessão econômica provocada pela política de isolamento e a ausência de políticas públicas para manutenção de empregos, bem como políticas de subsídio para as famílias, o que fez aumentar a fome. Neste contexto, o Brasil retornou ao mapa da fome da ONU, indicando que milhares de famílias viviam em situações de extrema vulnerabilidade (CANETTIERI, 2020). A próxima seção deste artigo retoma desdobramentos da pandemia e apresenta uma síntese sobre a realização da primeira edição do Curso de Formação de Agentes Sociais na RMBH, que aconteceu em 2022.

## **2. REVISITANDO A PRIMEIRA EDIÇÃO DO CFAS NA RMBH**

Em março de 2020, o vírus do Sars-Cov-2 se disseminou no Brasil, instaurando aqui a pandemia de Covid-19. Até outubro de 2021, o país atingia cerca de 10% das mortes mundiais, apresentando uma das estatísticas internacionais mais graves (SALLES, 2022 *apud* MIRANDA, 2021). Apesar desse dado prover de uma base nacional, as desigualdades socioeconômicas foram determinantes na ocorrência e mortalidade da doença em populações socialmente vulneráveis. A saber, as condições de trabalho, moradia e transporte desses grupos dificultaram ainda mais o distanciamento físico e a higiene necessários ao combate da propagação do vírus (PASSOS *et al*, 2021). Além das circunstâncias de habitabilidade, circulação e trabalho dessas pessoas, o acesso à saúde foi distinto entre aqueles que dependiam do sistema público (SUS) e os que podiam recorrer aos hospitais particulares.

A pandemia aprofundou as desigualdades sociais e, em grandes cidades como Belo Horizonte, deixou suas consequências mais severas para as populações residentes em vilas, favelas e ocupações urbanas. Somado a isso, a gestão presidencial de Jair Bolsonaro ampliava os desafios de controle da calamidade e trazia outras ameaças políticas à democracia. (SALLES, 2022). Após os dois anos mais críticos da pandemia, ainda em um quadro de insegurança social, política, sanitária, econômica e democrática, foi realizada a primeira edição do CFAS RMBH.

Promovido entre os meses de maio e julho de 2022, durante uma gradual e cautelosa e retomada aos espaços públicos e à vida cotidiana nas cidades, a iniciativa constituiu-se enquanto importante campo de discussão sobre as lutas sociais urbanas e o direito à cidade. Participaram da primeira edição do CFAS sobretudo integrantes de movimentos sociais e de entidades da sociedade civil. Além de estimular a continuidade na luta pelos interesses coletivos, a reunião dessas pessoas no Curso auxiliou na constituição de uma rede de ativistas, que se tornou ainda mais simbólica devido às recentes experiências de lockdown e distanciamento social daquele contexto.

A preparação do curso se deu durante o ano de 2021, predominantemente de maneira remota, reunindo em uma série de reuniões discentes, docentes, pesquisadores da UFMG, representantes de movimentos sociais organizados e atuantes da reforma urbana na RMBH. Essas discussões encaminharam um plano programático que abordava demandas latentes percebidas pelo grupo nos territórios populares nos últimos anos. A partir disso, selecionamos o material a ser abordado e definimos o público alvo: indivíduos já mobilizados em causas sociais e que poderiam replicar os trabalhos desenvolvidos no curso em sua própria atuação política. Foram convidados também facilitadores para as sessões de encontro, isto é, pessoas com notável conhecimento teórico ou prático na discussão elencada, que seriam responsáveis pelo seu compartilhamento.

Foram realizados 12 encontros com os seguintes temas: política habitacional; sistema de direitos humanos e advocacia popular; conflitos minerários e meio ambiente; cidade e cultura popular; organização popular em territórios periféricos e manejo de conflitos; gênero, raça e classe na cidade; mobilidade metropolitana; e novos horizontes do direito à cidade. Apesar desses assuntos formarem eixos de discussão, os participantes tiveram autonomia na condução do debate, o que os permitiu expressar seus reais interesses, vivências e percepções. Por exemplo, o encontro dedicado ao debate sobre conflitos minerários e meio ambiente foi de grande importância devido ao papel central que esse modelo extrativista tem em Minas Gerais, os crimes ambientais cometidos no estado e os consideráveis impactos socioambientais decorrentes da atividade (FERRARI *et al*, 2022). Contudo, as manifestações permearam predominantemente o campo da agroecologia urbana e da produção de alimentos na cidade.

Uma das possíveis causas para esse enfoque discursivo é a questão da fome durante a pandemia. Constatou-se que nesse período o acesso à alimentos foi prejudicado, devido a diminuição da renda das famílias e o aumento no preço dos alimentos (SCHALL *et al*, 2022). Por meio de relatos durante o curso, observamos a mobilização de diversas mulheres moradoras de ocupações urbanas em torno de atividades agroecológicas, como hortas auto empreendidas, seja para consumo próprio ou para venda no mercado externo. Uma delas declarou que adotou a estratégia durante a pandemia como alternativa de geração de renda, mas também como um formato de trabalho que oferecesse menos riscos de contaminação. Segundo a participante, que antes trabalhava como acompanhante de idosos em hospitais, construir e produzir a horta evitaria sua circulação em transportes públicos e em ambientes suscetíveis à propagação do vírus, o que era uma ameaça ainda maior visto seu enquadramento no grupo de risco para agravamento da Covid-19.

A participante contou ainda que, para consolidar o empreendimento, dispôs de um terreno vago na ocupação que mora em Contagem, cidade pertencente à RMBH. O terreno, de alta declividade e solo de terra batida, era utilizado como ponto de despejo de resíduo sólido e entulho e encontrava-se pouco fértil e muito erodido. A partir de esforços próprios e de um sistema de mutirões, ela trabalhou arduamente na limpeza do local e na recuperação da terra por meses, até que pudesse iniciar

o plantio e a administração da produção de hortaliças. Hoje, a produtividade da horta é diversa, conta com programas socioambientais que incluem crianças da ocupação e possibilita à produtora expor e vender seus produtos semanalmente em feiras de alimentação orgânica.

Para Schall *et al* (2022), cujo estudo trata de gênero e insegurança alimentar na pandemia no Brasil a partir da perspectiva das mulheres, as ações dessas mulheres são relativas à segurança alimentar, mas são também potências que vão além: tangem a autonomia produtiva, o direito à terra, a escolha alimentar e a luta por outras formas de vida. O estudo traz a importância das “associações civis e dos movimentos sociais na criação de agendas, no diálogo com entidades governamentais, sobretudo em contextos em que os governos negligenciam as demandas da sociedade civil” (p. 9), refletindo sobre a consideração desses saberes e desses atores. Essas questões foram amplamente debatidas nos encontros do CFAS, demonstrando uma afinidade entre a práxis elencada pelos agentes e as condições impostas pela pandemia.

Outro fator que ampliou as percepções e discussões sobre a realidade nos territórios populares e suas práticas durante a primeira edição do CFAS é o caráter itinerante do Curso. A sua metodologia de realização garantiu que os encontros fossem distribuídos na capital mineira, sendo que quatro deles foram sediados na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, quatro em um centro cultural da região central de Belo Horizonte e os outros quatro em distintos territórios populares de Belo Horizonte: Ocupação Pátria Livre, Centro de Referência de Assistência Social Zilah Spósito, Ocupação Eliana Silva e Ocupação Dandara. O esforço de realizar o Curso nesses espaços partiu do propósito de aproximar discussão e vivência nos territórios, contatando os desafios cotidianos já existentes e os que surgiram ou foram agravados com a pandemia. Nessas condições, ao passo que se discutia sobre temas como espoliação urbana, criminalização de movimentos por moradia, déficit habitacional, gentrificação, dinâmicas rentistas de produção da cidade e função social da terra, também se tomava conhecimento sobre as formas de organização, moradia e mobilizações das localidades que recebiam encontros.

Além dessa variedade de espaços físicos do Curso, o perfil matizado de participantes também colaborou para as trocas profícuas dos encontros. Na sua primeira edição, o Curso contou com 48 participantes, sendo 55% deles autodeclarados pretos ou pardos e composto predominantemente por mulheres. Do total de inscritos, 26,1% possuem até ensino médio completo, seguido por 19,6% com graduação completa, 17,4% com pós-graduação completa e 13% com ensino médio incompleto. Quanto à organização que integram, 61,7% dos participantes são de movimento popular ou organização comunitária, 29,8% pertencem à organização da sociedade civil e 21,3% alegaram vínculo com algum coletivo. Apesar dos participantes sinalizarem um movimento social de origem e indicarem agendas específicas, observamos que o desenrolar das atividades do Curso contribuiu para que eles somassem a esse pertencimento uma percepção sobre a hibridização das lutas, com a compreensão da reforma urbana a partir de um amplo panorama, processual e multidimensional.

### **3. CFAS 2023: PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO E OBSERVAÇÕES INCIPIENTES**

Os preparativos para a realização da segunda edição do CFAS RMBH tiveram início em março deste ano. Nossa equipe atual é formada por professores da Escola de Arquitetura da UFMG, bolsistas de extensão e pesquisa, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo que se voluntariam e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) cujos interesses e investigações estão alinhados ao CFAS e seus objetivos. De início, nos reunimos para compartilhar

informações e ideias sobre o projeto do Programa de Formação de Ativistas e Agentes Sociais, do qual o se origina o CFAS. Aos integrantes novatos, foi dada a oportunidade de se inteirar sobre o Programa e sua trajetória até então. Em seguida, tratamos dos processos de mobilização e de contato com movimentos sociais, bem como de possíveis estratégias e cronogramas de atividades – por exemplo, a fase de estruturação do curso, os períodos de divulgação e de inscrições, as visitas aos territórios periféricos onde realizar os encontros e suas datas, no fluxo de acontecimento do curso.

Delinear onde realizar os encontros do curso e quais temas neles abordar foi uma tarefa realizada a partir de duas frentes. Conversas online com representantes e lideranças de movimentos sociais se somaram à coleta de sugestões e ideias dos participantes da primeira edição do curso via Google Forms. Em síntese, as seguintes temáticas de interesse, na forma como estão aqui registradas, foram apontadas: lixo, meio ambiente e sustentabilidade; risco socioambiental; segurança alimentar e agricultura urbana; comunidades tradicionais e quilombolas; controle social e participação social; mulheres e feminismos na luta pelo direito à cidade; gênero e raça; habitação; transporte coletivo e seus arranjos na RMBH; cultura e patrimônio cultural; plano diretor de Belo Horizonte; direitos humanos; violência doméstica; assentamentos e ocupações, com ênfase nas políticas públicas para regularização e nas realidades socioeconômicas.

Além de temas, discutimos as metodologias a serem adotadas nos encontros do curso – que variam entre palestras, oficinas práticas e dinâmicas em grupo – e potenciais organizações da RMBH que, além do interesse de hospedar encontros, dispõem da infraestrutura que precisamos para viabilizá-los. São principalmente sedes de associações, projetos sociais, ocupações e entidades que têm como cerne as ações coletivas organizadas pela sociedade civil.<sup>2</sup> Suas localizações na metrópole variam. São, via de regra, territórios situados fora do centro geográfico da cidade, ou seja, na periferia urbana. Contudo, são principalmente locais socialmente distantes do centro simbólico de paisagem de poder e de concentração do capital na cidade.<sup>3</sup> Como na primeira edição do CFAS, a itinerância dos encontros pela cidade busca aproximar a discussão da vivência nos territórios e de seus desafios cotidianos.

Os lugares sugeridos para os encontros foram visitados pela equipe com dois objetivos principais. Primeiro, verificamos se contam com espaço coberto e suficiente para acomodar as pessoas, entre participantes, facilitadores e equipe operacional, e para executar nossas atividades aos sábados, durante manhã e tarde. Segundo, ao conversar com representantes das diversas organizações que nos recebem – entidades associativas, projetos sociais, ocupações, etc. – tentamos estabelecer conexões entre os temas do Curso e as mais recentes questões em jogo naqueles territórios. A intenção é conciliar interesses e fomentar debates entre aqueles que estão inscritos no Curso, mas também entre as pessoas que eventualmente participam do encontro sediado em suas comunidades.

---

<sup>2</sup> Como na primeira edição, também utilizamos da infraestrutura física da Escola de Arquitetura da UFMG e de equipamentos públicos, como escolas e centros culturais, para os encontros. As negociações sobre onde e como realizá-los são complexas e dependem de uma série de fatores ligados a agenda do Curso, disponibilidades pessoais, horários de funcionamento, entre outros.

<sup>3</sup> O segundo encontro do Curso, por exemplo, incluiu atividades em duas ocupações de prédios no Centro da cidade: Maria Carolina de Jesus, de 2017, e Maria do Arraial, de 2023. Ambas foram idealizadas e organizadas pelo MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) para provimento de habitação para famílias sem-teto ou sem moradia adequada em edifícios que se encontravam vagos, cumprindo “à força” a função social da propriedade (PAOLINELLI *et al.*, 2022).

O encontro sobre segurança alimentar, produção urbana de alimentos e agroecologia, por exemplo, contará com funcionários da escola pública que nos receberá, já que nela está em andamento um projeto de horta cujo objetivo principal é fornecer vegetais e hortaliças para a merenda escolar dos estudantes. A realização de um encontro sobre esse tema originou-se tanto da manifestação de interesse por parte dos movimentos e coletivos quanto da experiência da primeira edição descrita anteriormente. Com o desenrolar do curso, uma das nossas expectativas é que essa temática enseje reflexões sobre a agricultura urbana enquanto expressão ativista. Hortas comunitárias e outras iniciativas similares têm se tornado símbolos da luta pela reestruturação do espaço urbano e têm ampliado debates políticos sobre a apropriação do espaço público, a origem e a qualidade dos alimentos, a cooperação cidadã e o direito à cidade (NAGIB, 2016; ORNELAS, 2021).

O banner de informação e programação da segunda edição do CFAS, abaixo disponibilizado, sintetiza o resultado desse processo de estruturação aqui descrito:

### CURSO DE FORMAÇÃO DE ATIVISTAS E AGENTES SOCIAIS

**NOVAS PAUTAS PARA A REFORMA URBANA**  
II EDIÇÃO - 26/08/23 a 28/10/23

SAIBA  
MAIS!

O Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CFAS/RMBH) consiste num ciclo de encontros, totalmente gratuitos, construídos para fortalecer o debate entre ativistas e agentes sociais visando impulsionar a transformação positiva em suas comunidades.

Para isso, em sua segunda edição, o curso está organizado em 07 encontros temáticos - que abordam assuntos relevantes para a promoção do **Direito à Cidade** - com a proposta de facilitar a fundamentação teórica e estimular a criação de redes de apoio para intensificar as ações populares sobre questões urbanas e sociais.

**OBJETIVOS**  
Envolver ativamente a sociedade civil, especialmente aqueles que já se organizam em movimentos e coletivos por causas sociais, para a construção de narrativas a serem pautadas em instâncias formais, criação de meios de incentivo à participação coletiva, fortalecimento da busca por direitos e a implementação efetiva de processos democráticos de governança.

**QUEM FAZ O CURSO ACONTECER**  
O curso é organizado pelo LABUrb/UFMG e pelo Núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles. Conta com apoio do Habitat para Humanidade no Brasil, do Fórum Nacional de Reforma Urbana e do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES) através de financiamento via edital da EU (União Europeia). A iniciativa também é apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e tem interface com a extensão universitária da UFMG em seus diversos formatos.

### CURSO DE FORMAÇÃO DE ATIVISTAS E AGENTES SOCIAIS

**NOVAS PAUTAS PARA A REFORMA URBANA**  
II EDIÇÃO - 26/08/23 a 28/10/23

**QUEM FAZ O CURSO ACONTECER**  
Ainda contamos com a participação de movimentos sociais parceiros, dos quais destaca-se: Brigadas Populares; Coletivo Sementes de Luta; Movimento das Comunidades Populares (MCP); Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNL) , Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), Comunidade Quilombola dos Arturos, além dos diversos territórios populares que sediam os dias de encontro.

DATA	DIA	HORÁRIO	FORMATO*	LOCAL	CONTEÚDO
26/08	SÁBADO	8 - 12	PRESENCIAL	ESCOLA DE ARQUITETURA	A CIDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO
02/09	SÁBADO	8-17	PRESENCIAL	CRJ - CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE/ CENTRO	EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA REFORMA URBANA E A POLÍTICA HABITACIONAL DA RMBH
16/09	SÁBADO	8 - 17	PRESENCIAL	EMEI ITAMAR FRANCO/ OCUP. PAULO FREIRE	SEGURANÇA ALIMENTAR, PRODUÇÃO URBANA DE ALIMENTOS E AGROECOLOGIA
30/09	SÁBADO	8 - 17	PRESENCIAL	CEPROVM VILA MARIQUINHAS	TRANSIÇÃO ECOLÓGICA + RISCO SOCIOAMBIENTAL + GESTÃO DO LIXO URBANO
07/10	SÁBADO	8 - 17	PRESENCIAL	OCUPAÇÃO PÁTRIA LIVRE/ PEDREIRA PRADO LOPES	PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE BELO HORIZONTE
21/10	SÁBADO	8 - 17	PRESENCIAL	COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS/ CONTAGEM	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E OUTRAS FORMAS DE PERMANÊNCIA ALÉM DA PROPRIEDADE PRIVADA
28/10	SÁBADO	8 - 12	PRESENCIAL	ESCOLA DE ARQUITETURA	SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA + CONFRATERNIZAÇÃO

\*SERÁ EXIGIDA PRESEÇA MÍNIMA PARA EMISSÃO DE CERTIFICADO.

**APOIO PARA A PARTICIPAÇÃO**  
A fim de garantir as possibilidades de assiduidade dos participantes, o curso oferece gratuitamente:

- As principais refeições (lanches e almoço, quando as sessões são durante a manhã e a tarde).
- Equipe de monitoria/creche para que as mães, pais, avós e responsáveis por crianças possam conciliar a demanda de cuidado de filhos com as atividades do curso;
- Transporte aos locais que sediam os dias de curso, sendo o ponto de partida a região central de Belo Horizonte

**APOIO**

**ORGANIZAÇÃO**

Figura 1: Banner informativo do Curso de Formação de Agentes Sociais

A programação do Curso, que abarca parte das sugestões de temas que recebemos, demonstra, mais uma vez, a hibridação de pautas ligadas à vida na cidade. O ideário da reforma urbana se expande para além da questão do déficit habitacional e da moradia digna como direito, tema-problema perene em nossas grandes cidades (NAKANO *et al*, 2021) e em intersecção com outros que tocam a urbanização periférica. A quantidade de pessoas interessadas na segunda edição do CFAS também nos serve como demonstração, ainda que incipiente, da dimensão da luta pelo direito à cidade na RMBH e daqueles envolvidos em sua ação coletiva. Durante o período de divulgação do Curso, na etapa de manifestação de interesse, recebemos 160 respostas ao formulário disponibilizado online. Desse total, para preenchimento das vagas disponíveis, sorteamos 60 pessoas, sendo elas, necessariamente, integrantes de alguma entidade ou movimento social. Adotamos como critérios a paridade de gênero e a idade, a fim de incluir potenciais lideranças mais jovens e em formação. Antes do início do Curso, que aconteceu no final de agosto, contatamos facilitadores e facilitadoras, que colaboram nos encontros programados compartilhando seus conhecimentos teóricos e experiências práticas de acordo com as temáticas de cada dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, a partir do relato de uma experiência de extensão, apresentou indícios de uma transformação da pauta da reforma urbana e de uma ampliação da concepção de direito à cidade. Os movimentos, coletivos e grupos envolvidos na experiência do CFAS, tanto na primeira edição como na segunda (ainda em execução), apontam para novas práticas e discursos que renovam a luta urbana incorporando novas demandas emergentes dos territórios periféricos. Considerar essa transformação é fundamental não apenas para compreender a realidade desses territórios, mas também para pensar a contribuição da universidade no desenvolvimento dessas pautas, a partir de sua intersecção com os movimentos sociais e as políticas públicas.

Apesar dos ataques aos direitos sociais e ao direito à cidade promovido pela inflexão ultraliberal - ou ainda a situação periclitante causada pela gestão catastrófica da pandemia - as periferias metropolitanas constituíram redes de ativismo, militância, ajuda mútua e solidariedade. Neste contexto de precarização das condições de vida das populações periféricas, o papel desempenhado por formas coletivas de organização popular assume importância ainda maior. A articulação de diferentes movimentos em rede contribuiu para uma ampliação do repertório de práticas diante da situação de dilapidação da política urbana e de erosão dos direitos sociais. Por um lado, observou-se a radicalização das ações e, por outro, a hibridação de várias pautas ligadas à vida na cidade. Essas novas práticas parecem se assentar em um tripé que envolve: i. ação direta; ii. ação institucional; iii. ação cotidiana. Todas as três formas de ação são importantes espaços de formação que podem condicionar uma subjetividade insurgente naqueles que se envolvem nas lutas e se deixam afetar por elas (PAOLINELLI, CANETTIERI, 2019). Essas novas práticas, portanto, parecem também ampliar o escopo de pautas que usualmente estão relacionadas à questão da Reforma Urbana.

O curso de formação de agentes sociais pela reforma urbana na RMBH aqui apresentado segue em desenvolvimento. Além de finalizar a segunda edição, está prevista a realização de ao menos uma terceira edição, no segundo semestre de 2024. A expectativa é que este projeto combinado de extensão, ensino e pesquisa possa ter uma vida perene, amplificando as demandas construídas pelos territórios periféricos. Dessa maneira, acreditamos que podemos contribuir para a renovação da luta pela reforma

urbana e pelo direito à cidade a partir de um movimento dialógico junto a movimentos, coletivos e grupos que atuam nesses territórios e lidam com as questões que neles surgem.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R., SERAFIM, L., & TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, 57(2), 325–357, 2014. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

ANDRÉS, R. **A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. São Paulo: Editora Zahar, 2023.

ARANTES, P. A Anti reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. SAMPAIO, P. (Org.). **Jornadas de Junho: A Revolta Popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014.

AVRITZER, Leonardo. **Experiências Nacionais de Participação Social**. Belo Horizonte: Editora Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Teoria e Debate**, n. 82. Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

CALDAS, Maria Fernandes Caldas. **Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A86J5X>. Acesso em: 14 de set. 2023.

CAMPOS, C. V. As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016). **Temáticas**, Campinas, SP, v. 27, n. 53, p. 185–224, 2019. DOI: 10.20396/tematicas.v27i53.11606.

CANETTIERI, T. Periferia e a luta por moradia e pela vida em tempos de pandemia: cenários e desafios. **Revista Ipê Roxo**, v.2, n.1, 49-61, 2020.

CARDOSO, A. & ARAGÃO, T. A. . Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. & DENALDI, R. Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: CARDOSO, A. & DENALDI, R. **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FERRARI, J. et al. Coalizões nos territórios minerados do vetor sul da RMBH. In: MENDONÇA, J. (Org). **Reforma urbana e direito à cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

KLINK, J.; DENALDI, R. On urban reform, rights and planning: challenges in Brazil. **Planning Theory**, v.15, n.4, 2016.

MAIA, P. I.; BRASIL, F. P. D. Produção social da habitação e as novas ocupações urbanas em Belo Horizonte. **OS, Organização e Sustentabilidade**. Londrina, v. 7, n. 2, p. 132-147, jul./dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.5433/2318-9223.2019v7n2p132>.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no Governo Lula. **Saúde em Debate**, vol. 29, núm. 71, 2005, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde Rio de Janeiro, Brasil.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-18082016-124530

NAKANO, Anderson Kazuo; FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira; SOUTO, Jhonatan Wanderley Andrade. A permanência do problema habitacional nas cidades brasileiras: proposições para a habitação socialmente necessária. In: D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **Reflexões Periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas**. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021

NASCIMENTO, Talita Amaral do. **Habitação de interesse social e o Programa Minha Casa Minha Vida em Belo Horizonte: percepções sobre morar**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/handle/tede/576#preview-link0>. Acesso em: 14 de set. 2023.

ORNELAS, Gabriel Mattos. **Agroecologia e Política: Ações coletivas e institucionalização da agroecologia do município de Belo Horizonte (1993-2020)**. 2021. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39903>. Acesso em: 14 de set. 2023.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago; CASTRO, Carina. Ocupações urbanas e transformações recentes na luta pelo direito à moradia na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira; ANDRADE, Luciana T. de; FERRARI, Junia; CANETTIERI, Thiago. **Reforma Urbana e Direito à Cidade: Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PAOLINELLI, M.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cadernos Metrópole**, 21(46), 831–853, 2019.

PASSOS, V.M.A et al., Maior mortalidade durante a pandemia de COVID-19 em áreas socialmente vulneráveis em Belo Horizonte: implicações para a priorização da vacinação. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, n.8, 327-345, 2021.

RIBEIRO, L. C. Q. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão 012. Observatório das Metrópoles, 2020.

ROLNIK, R., et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, 17(33), 127–154, 2015. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>

SALLES, R. O conflito federativo no Brasil durante a pandemia de Covid-19: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte, **Revista Sociologias Plurais**, v.8, n.2, 103-121, 2022.

SANTOS JÚNIOR, O. Recordação e síntese. In: SANTOS JÚNIOR, O. (Org.). **Os planos diretores pós-Estatuto da cidade: Balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2011.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Participação e Insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. **Revista e-Metropolis**, v. 39, p. 13-25, 2019.

SCHALL, B *et al.*, Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, 4145-4154, 2022.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. C/Arte: Belo Horizonte, 2012.

SOARES GONÇALVES, R.; SILVEIRA SIMÕES, S.; FERREIRA MAGALHÃES, A. Grandes eventos, múltiplos impactos, grandes mobilizações. **O social em questão**, 29, 9-20, 2013.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Os dados estão contidos no próprio manuscrito.

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq)

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Concepção: Clarissa dos Santos Veloso, Thiago Canettieri e Bárbara Moreira Andrade; Metodologia: Clarissa dos Santos Veloso, Thiago Canettieri e Bárbara Moreira Andrade; Investigação: Clarissa dos Santos Veloso, Thiago Canettieri e Bárbara Moreira Andrade; Redação: Clarissa dos Santos Veloso, Thiago Canettieri e Bárbara Moreira Andrade.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

## **MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**

Clarissa dos Santos Veloso é doutora em Ciências Sociais (PUC Minas) e pesquisadora do LabUrb (Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG) e do Observatório das Metrôpoles (núcleo BH/MG).

Thiago Canettieri é professor do departamento de urbanismo da UFMG. É coordenador do núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq) e pesquisador do LabUrb (Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos/UFMG) e do Cosmópolis (UFMG) e líder do grupo de pesquisa Criticar (Crise, trabalho, capital e revoltas/UFMG).

Bárbara Moreira de Andrade é estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFMG e bolsista do projeto de extensão Curso de Formação de Agentes Sociais da RMBH.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.